

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.094	169.052
Concessionárias	5	30.887	83.211
Impostos e contribuições sociais	6	10.801	2.307
Cauções e depósitos vinculados	11	27.646	
Prêmio de risco - GSF	9	2.294	
Outros créditos	12	7.720	4.432
Total do Ativo Circulante		153.442	259.002
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	19.151	18.151
Tributos diferidos	7	7.351	5.546
Cauções e depósitos vinculados	11	3.127	24.767
Prêmio de risco - GSF	9	4.905	
		15.383	49.464
Imobilizado	13	1.156.835	1.063.105
Intangível	14	59.799	64.315
Total do Ativo Não circulante		1.216.634	1.127.420
TOTAL DO ATIVO		1.385.459	1.435.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Receitas			
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	21	(72.643)	(13.932)
Custo de operação		(39.117)	(7.651)
		(111.760)	(21.583)
Lucro bruto			
Despesas e Receitas operacionais			
Despesa gerada e administrativas	21	(4.516)	(7.520)
Depreciações e amortizações		(1.507)	(1.011)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.913)	(723)
		(7.936)	(9.254)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		92.901	163.072
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	12.036	1.504
Despesas financeiras		(67.953)	(8.025)
		(55.917)	(6.521)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		36.984	156.551
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.312)	(47.531)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.805	1.697
		(5.507)	(46.234)
Resultado líquido do exercício	23	31.477	110.317
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/líquido por ação (reais/ações)	24		
ON		0,13364	0,48896
PN		0,13364	0,48896

A Companhia não divulgou demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	369.881	363.444
Receita relativa à construção de ativos próprios	246.724	215.810
Outras receitas	123.146	147.634
	11	(123.771)
(+) Insumos adquiridos de terceiros	(208.917)	(8.940)
Custos da energia comprada	(51.771)	(6.840)
Encargos de uso da rede elétrica	(28.276)	(6.604)
Materiais	(18.935)	(22.292)
Serviços de terceiros	(102.199)	(83.094)
Outros custos operacionais	(7.736)	(2.833)
Valor adicionado bruto	160.964	239.673
Retenções		
Depreciações e amortizações	(33.922)	(8.193)
Valor adicionado líquido produzido	127.042	231.480
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.252	3.055
Valor adicionado total a distribuir	139.294	234.535
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.094	8.566
Benefícios	975	969
FGTS	396	686
Impostos, taxas e contribuições		
Federativa	32.563	66.569
Estaduais	1	1
Municipais	11	1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	67.952	45.284
Aluguias	723	612
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	15.079	21.743
Dividendos	122.896	151.906
Lucros retidos	16.398	82.629
	139.294	234.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada diretamente pela Companhia Energética do Jarí - CEJA (CEJA ou Controladora), e controlada em conjunto indiretamente pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Ltda., anteriormente denominada CWGJ (Brasil) Participações Ltda. (CWGJ Brasil) e com sede no município de São Paulo - SP Possui como objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jarí (UHE Jarí), comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam, no todo ou em parte, ser vinculada ao seu propósito específico.

1.1 Concessões

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Jarí por meio do Contrato de Concessão nº 04/2002, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWh)	Concessão	
						Início	Término
UHE Santo Antônio do Jarí	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	373,4	217,7	21/12/1987	31/12/2044

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jarí, entre os municípios de Laranjal do Jarí e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 217,7 MWh, 210,9 MWh foram comercializados por meio de CCEARs no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Dos 210,9 MWh, 190 MWh foram comercializados em dezembro de 2010 pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 e 20,9 MWh foram comercializados em dezembro de 2012 pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh pelo prazo de 28 anos a partir de janeiro de 2017. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044. Na exploração do aproveitamento hidráulico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica gerada pela UHE Jarí é utilizada e comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão. A Companhia, até 31 de dezembro de 2014, recebeu da ANEEL as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jarí. A energia gerada em 2014 foi comercializada como sobre de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCCE, a partir de 1º de janeiro de 2015 todas as unidades geradoras autorizadas passaram a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais. No aditivo do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passaram a integrar o patrimônio da UHE Jarí, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e aprovados em auditoria da mesma.

1.1.1 Uso do bem público - UBP
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jarí recorre à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, novos anos, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preço do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$21.040.
A taxa de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implantará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$1.474 (R\$361 em 2014) (Nota 17).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting*

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	27.381	19.529
Impostos e contribuições sociais	6	8.535	48.685
Dívidendos	10	12.817	24.426
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	53.035	34.434
Uso do bem público	17	1.514	1.538
Provisões	18	10.228	11.301
Outras contas a pagar	12	1.270	2.324
Total do Passivo Circulante		115.380	142.237
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	729.942	727.226
Uso do bem público	17	19.526	17.970
Provisões	18	854	
Outras contas a pagar	12	126	20
Total do Passivo Não circulante		750.248	745.216
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19,1	473.276	473.276
Reservas de lucros	19,3	46.555	75.157
Total do Patrimônio líquido		519.831	548.433
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.385.459	1.435.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital - AGOE 10/04/2014	111.629	-	(7.472)	354.175
Lucro líquido do exercício			110.317	111.629
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		5.142	(5.142)	-
Lucros retidos a deliberar		70.015	(70.015)	-
Dívidendos intermediários (JSCP)			(21.743)	(21.743)
Dívidendos propostos			(5.945)	(5.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	473.276	75.157	-	548.433
Capital social				
Reservas de lucros				
Lucros acumulados				
Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2014				
Dividendo adicional aprovado - AGO de 07/04/2015	473.276	75.157	-	548.433
Lucro líquido do exercício		(45.000)	31.477	(45.000)
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		1.574	(1.574)	-
Reserva de retenção de lucros		14.824	(14.824)	-
Dívidendos intermediários (JSCP)			(15.079)	(15.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	473.276	46.555	-	519.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.984	156.551
Ajustes para conciliar o lucro e caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	33.923	8.193
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	10	10
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	62.173	6.929
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.006	895
Provisões (reversões) e atualizações monetárias civis, fiscais e trabalhistas	1.178	1.178
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.598	(531)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(3.123)	(15)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(15)	12
Outros	412	(778)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	136.238	171.273
Concessionárias	52.234	(83.211)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(12.331)	(10.435)
Cauções e depósitos vinculados	(383)	(41)
Outros ativos operacionais	(10.899)	(848)
28.711	(94.558)	
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	7.852	(16.873)
Outros tributos e contribuições sociais	17.979	25.523
Provisões	(6.920)	(5.481)
Uso do bem público	(1.474)	1.596
Outros passivos operacionais	(948)	1.086
16.489	3.894	
Caixa proveniente das atividades operacionais	46.200	(47.800)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(119.514)	(86.612)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(119.514)	(86.612)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cauções e depósitos vinculados	(2.500)	(24.719)
Aumento (redução) de capital		5.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(69.426)	
Captação de empréstimos e financiamentos	24.516	173.753
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(29.283)	
Pagamentos de encargos de dívidas	(35.489)	
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento	(112.182)	156.085
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(94.958)	145.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.094	169.052
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	169.052	23.727
	(94.958)	145.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que as demais informações são suplementares.

A Diretoria da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Base de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir das estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e pressupostos mensais trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); e provisão para licenças ambientais (Nota 19.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo. As IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 inclui principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

2.6 Redução ao valor recuperável Ativo financeiro
São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliadas mensalmente de acordo com as disposições da Resolução 1.312/07. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliadas mensalmente de acordo com as disposições da Resolução 1.312/07. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.7 Adição das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 inclui principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma estabelece o reconhecimento da receita como transferência de bens ou serviços a clientes que afeta os efeitos de que o reconhecimento de que o montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ele deve ser reconhecido. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo ICP, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 02/2014, emitida pelo Comitê de Normas Contábeis, cujas alterações não refletem impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação de risco hidrológico

Conforme Medida Provisória - MP nº 686, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelas agências de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelo repactuado hidrológico.

O acionista para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa REN nº 684, de 11 de dezembro de 2015.

A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL. Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o Generation Scaling Factor - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recomensada aos geradores por meio da inserção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar de 80% a 100%.

Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O resarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.

3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de risco hidrológico

Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia comunicou aos interessados a ANEEL o pedido de anuência de aplicação do Risco Hidrológico e também a petição de destinação das ações judiciais atrelada a UHE Jari em renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi encaminhada à avaliação dos vários comitês do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Generation Scaling Factor - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do custo do GSF e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributário e de fluxo de caixa.

Após a análise, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 24 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.140/15, anula a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Adicionalmente, a Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 9).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	26.702	30.050
Aplicações financeiras - renda fixa	47.392	119.002
Total	74.094	149.052

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um valor conhecido em caixa, com baixo risco de valorização no mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração os riscos de mercado e o grau de liquidez.

A exposição da Companhia às ações de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Concessionárias

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 de R\$30.887 (R\$83.211 em 31 de dezembro de 2014) é totalmente vincendo e refere-se a: (i) venda de energia em negociação bilateral ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL no valor de R\$30.887 em 31 de dezembro de 2014; e (ii) em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$2.419 refere-se à liquidação de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCIE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 10), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave de administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo Circulante		Passivo Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias								
Venda de energia elétrica								
EDP Comercializadora								
EDP Comercializadora								
EDP Comercializadora								
EDP Escalía								
EDP Bandeirante								
Outras contas a pagar								
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos								
EDP - Energias do Brasil								
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura								
EDP - Energias do Brasil								
EDP Escalía								
Contrato jurídico sobre o Parecer do GSF								
Energnet								
Contrato de prestação de serviços								
EDP - Energias do Brasil								

8.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

O instrumento tem por objeto o fornecimento dos serviços de infraestrutura, custos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua matriz.

O contrato tinha a vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 398/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Em 1º de agosto de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento de Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos parâmetros de taxa na base São Paulo, envolvendo empresa delegatária de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com base nos contratos de compartilhamento de serviços e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acesso de qualquer margem de lucro.

8.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de compra de energia junto a Energnet S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 0,638 MW com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 26.1).

8.3 Controladora direta e Companhia Energética do Jari - CEJA, que por sua vez possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A., e a China Three Gorges Brasil Energias Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda. e suas controladas finais.

Em 27 de julho de 2015, foi protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP a comunicação de alteração da denominação social da CWEI (Brasil) Participações Ltda. para China Three Gorges Brasil Energias Ltda..

8.4 Remuneração dos administradores

8.4.1 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária paga pelo Compensado referente aos exercícios finidos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015		2014	
	Dirretoria Estatutária	Proporção (%)	Dirretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros	1,83(*)		2,00	
Remuneração fixa	486.750	84%	1.051.542	81%
Salário ou pró-labore	375.572		804.115	
Benefícios diretos e indiretos (I)	6.018		22.275	
Encargos sociais	105.160		225.152	
Remuneração Variável	89.835	16%	253.919	19%
Bônus	70.262		197.901	
Encargos sociais	19.673		55.412	
Valor total da remuneração	576.585	100%	1.304.655	100%

(*) Das 3 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração global dos membros da Diretoria Estatutária é de até R\$730.000,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015.

(I) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Férias, Previdência Privada e Vale Transporte.

8.4.2 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente aos exercícios finidos em 31 de dezembro (em R\$)

	2015		2014	
	Dirretoria Estatutária	Proporção (%)	Dirretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros	1,83		2,00	
Valor da maior remuneração individual	576.685		910.003	
Valor da menor remuneração individual	576.685		320.941	
Valor médio da remuneração individual	315.129		652.429	

9 Prêmio de risco - GSF

Devido à adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme mencionado na nota 3.1.1, o saldo do Ativo Circulante e Não Circulante do R\$7,19 referem-se aos prêmios equivalentes aos pagamentos pagos de GSF nas compensações de janeiro a abril no valor de R\$11.360 amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$4.161. Adicionalmente, quando houver o pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das compensações de maio a dezembro de 2015, haverá o incremento deste saldo no valor de R\$25.193 que também será amortizado até março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140, de 24 de dezembro de 2015.

10 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor a receber do acionista é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício do R\$7,19 referem-se aos prêmios equivalentes aos pagamentos pagos de GSF nas compensações de janeiro a abril no valor de R\$11.360 amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$4.161. Adicionalmente, quando houver o pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das compensações de maio a dezembro de 2015, haverá o incremento deste saldo no valor de R\$25.193 que também será amortizado até março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140, de 24 de dezembro de 2015.

10.1 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor a receber do acionista é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício do R\$7,19 referem-se aos prêmios equivalentes aos pagamentos pagos de GSF nas compensações de janeiro a abril no valor de R\$11.360 amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$4.161. Adicionalmente, quando houver o pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das compensações de maio a dezembro de 2015, haverá o incremento deste saldo no valor de R\$25.193 que também será amortizado até março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140, de 24 de dezembro de 2015.

10.2 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor a receber do acionista é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício do R\$7,19 referem-se aos prêmios equivalentes aos pagamentos pagos de GSF nas compensações de janeiro a abril no valor de R\$11.360 amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$4.161. Adicionalmente, quando houver o pagamento do prêmio no montante equivalente ao GSF das compensações de maio a dezembro de 2015, haverá o incremento deste saldo no valor de R\$25.193 que também será amortizado até março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140, de 24 de dezembro de 2015.

Passivo 31/12/2014 31/12/2015

CEJA	24.426	45.000
JSCP	12.817	
Paamentos	(68.426)	12.817

11 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais			452	48
Cauções e depósitos vinculados	27.646	27.646	2.695	24.767
Total	27.646	27.646	3.127	24.767

O montante de Cauções e depósitos vinculados de R\$30.341 (R\$24.719 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes a próxima prestação a ser paga pela Companhia. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação referido contrato.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso	12,1	6,453	2,494	
Despesas pagas antecipadamente		1,183	1,807	
Outros		84	131	
Total		7,720	4,432	-
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				
Obrigações sociais e trabalhistas	12,2	852	1,790	126
Encargos setoriais		177	347	
Outros		241	167	
Total		1,270	2,324	126

6 Impostos e contribuições sociais

Ativo - Responsáveis	Saldo em 31/12/2014	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos (Pagamentos)	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda							
a contribuição social	243	13	15	1.549	-	(1.549)	271
ICMS							8
PIS e COFINS	6,1	20,771	9,820			(23,041)	7,550
IRRF sobre aplicações financeiras			1,001				1,195
Outros			242	1,535			1,777
Total	21,458	12,369	15	1,549		(24,590)	10,801
Passivo - a receber							
Imposto de renda	2,307						10,801
a contribuição social	43,151	7,312		(43,151)		(1,549)	5,763
ICMS	1,318	4,206		(5,229)			295
PIS e COFINS		23,041					(23,041)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	151	2,616		(2,850)		243	160
IRRF sobre juros e capital próprio	3,261	2,262		(3,261)			2,262
Encargos com pessoal	561	1,221		(1,727)		(243)	55
Outros	243	25,446					8,535
Total	48,685	40,658	-	(56,218)	-	(24,590)	8,535
Circulante	48,685	40,658	-	(56,218)	-	(24,590)	8,535
Ativo	48,685	40,658	-	(56,218)	-	(24,590)	8,535

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

6.1 PIS e COFINS

O valor de R\$7.550 refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre insumos adquiridos em 2015. Do saldo de R\$27.771 em 31 de dezembro de 2014, R\$19.151 refere-se a aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE Jari, no qual foi integralmente utilizado no exercício de 2015 para compensações de PIS e COFINS sobre o faturamento.

7 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas			120			120	
Gastos Pró-operacionais			4,067	5,546		(1,479)	1,697
Imposto de renda sobre lucros - CPC 25			16,470		15,767		703
Outras			481,791	2,330		2,461	
Total diferenças temporárias	7.1.1	25,446	5,546	5,546	18,097	1,805	1,697
Total bruto		25,446	5,546	5,546	18,097	1,805	1,697
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos			(18,097)		(18,097)		
Total		7,351	5,546	-	-	-	8,535

A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrado em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$1.805.

7.1.1 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua debitabilidade ou não.

7.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pela Diretoria sob o fundamento técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2015	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total
2.950	2.951	2.951	2.953	2.953	6.414	4.276	25.448

12.1 Serviços em curso

Os serviços em curso referem-se ao projeto de P&D de sistemas fotovoltaicos aplicados desde a fase de construção, a ser compensados com as obrigações no programa de P&D (Nota 1.1, 2).

12.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

13 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para a aquisição do ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de bens econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que atualiza o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de alterações nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudessem alcançar as novas tecnologias utilizadas pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referência regulamentar não tratou da precisão das vidas úteis, dada a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilização do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução CFO nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção,

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.1 Composição do Intangível

Intangível em serviço	31/12/2015			31/12/2014				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortizada acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortizada acumulada	Valor líquido
Geração								
- Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	6.705	(2.654)	4.051	25,00	6.705	(978)	5.727
- Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	18.974	(763)	18.211	3,22	18.974	(152)	18.822
- Administração		25.679	(3.417)	22.262		25.679	(1.130)	24.549
- Direito de concessão - Outros	3,31	39.028	(1.612)	37.416	3,31	39.028	(323)	38.705
39.028	(1.612)	37.416	38.705		64.707	(1.453)	63.254	
Total do Intangível em serviço		64.707	(5.029)	59.678		64.707	(1.453)	63.254
Intangível em curso								
- Geração								
- Administração		121				932		932
- Outros Intangíveis em curso		121				129		129
Total do Intangível em curso		242				1.061		1.061
Total do Intangível		64.828	(5.029)	59.799		65.768	(1.453)	64.315

14.2 Mutação do Intangível

Intangível em serviço	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Direito de concessão - Licenças ambientais	5.727	-	(1.676)	-	4.051
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.211	-	(611)	-	13.600
Direito de concessão - Outros	14.211	-	(38.705)	-	-
Total do Intangível em serviço	34.149	-	(38.705)	-	-
Intangível em curso					
- Outros Intangíveis em curso	1.061	334	-	(1.274)	121
- Outros Intangíveis em curso	1.061	334	-	(1.274)	121
Total do Intangível em curso	2.122	668	-	(2.548)	242
Total do Intangível	36.271	668	(38.705)	(2.548)	64.315

16.1 Composição dos empréstimos, financiamentos e encargos de dividas

16.1.1 Composição dos empréstimos, financiamentos e encargos de dividas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	31/12/2015		31/12/2014							
							Encargos	Principal	Encargos	Principal						
BNDES	736.807	13/12/2012	716.430	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização.	T.J.P. - Principal e Juros mensais a partir de 15/05/2015.	1.86% a.a.	2.653	51.113	731.013	784.779	5.979	28.593	788.271	782.843

16.1.2 Custos de Transação

(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031						(131)	(1.071)	(1.202)		(138)	(1.045)	(1.183)
---------------------------------	---------	------------	---------	-------------------------	--	--	--	--	--	-------	---------	---------	--	-------	---------	---------

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dividas no exercício

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014		Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2015
	Ingressos	Excessos							
Principal	28.593	(5.979)	(29.283)	59.200	(27.046)	51.621		182	51.113
Juros	(138)	(138)	(270)	59.200	(27.046)	51.621		9	2.653
Custo de Transação	34.424	-	(64.772)					142	1.061
Total	27.479	(584)	(64.772)	59.200	(27.046)	51.621	0	242	64.315

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Valor	Tipo de moeda	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		Nacional		
2016				
			53.635	53.635
Não Circulante				
2017				
			50.953	50.953
2018			50.983	50.983
2019			50.993	50.993
2020			51.003	51.003
2021 até 2025			252.476	252.476
2026 até 2030			252.484	252.484
2031 até 2035			21.050	21.050
Total			727.942	783.577

17.1 Uso do bem público - UBP

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público (Nota 1.1.1) até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está avaliada ao valor presente pela taxa de 6,96% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento na data do reconhecimento inicial.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação do exercício:

Circulante	Saldo em 31/12/2014		Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transfere- nças	Saldo em 31/12/2015
	Valor	Presente				
Uso do Bem Público	1.538	(20)	54	(1.474)	1.416	1.514
Total	1.538	(20)	54	(1.474)	1.416	1.514

18.1 Provisões

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	Passivo	Circulante		Não circulante	
		Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Licenças ambientais	18,1		10.228	11.301	352
Total	18,1	10.228	11.301	654	352

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

18.1.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio das assessores jurídicas da Companhia.

18.1.1.1 Risco de perda provável

Trabalhistas	Passivo	Balanço		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2015
		Nota	31/12/2014		
Cíveis	18.11.1	2.175	(826)	(1.034)	37
Total	18,11.1	2.175	(826)	(1.034)	37

18.1.1.1.1 Trabalhistas

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da Companhia envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores havia 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a Companhia detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a Companhia realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, portanto reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

18.1.3.1 Cíveis	Passivo	Balanço		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2015
		Nota	31/12/2014		
Cíveis	12	8			
Total	12	8	0	0	0

A Companhia é parte em ação cível pública em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Belém/PA, movida pelo Ministério Público Federal - MPF, que pleiteia a nulidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antonio do Jari, com retorno à fase de análise do EIA/RIMA. Em 17 de julho de 2013 houve decisão judicial indeferindo o pedido de liminar do MPF. Por sua vez, o MPF interpôs recurso sobre a decisão. Em 20 de maio de 2015 foi proferida sentença de improcedência da ação, fazendo com que o MPF novamente interpuses recurso sobre a decisão. Em julho de 2015, a classificação de risco de perda da ação foi alterada para remoto, considerando (i) existência favor da ECE de argumentos técnicos consistentes que demonstram a improcedência dos pedidos do MPF; (ii) não concessão de liminar e, (iii) sentença de improcedência da ação. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso.

18.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$10.530 (R\$11.301 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/2014 foi emitida em 13 de maio de 2014 pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almerim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo destas provisões é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 6,96% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas com custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 4 anos que representa a vigência da licença.

A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de expirar a sua vigência.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sociambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos sociocombinais contribuindo para o gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Circulante	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferência	AVP	Saldo em 31/12/2015
Não Circulante	905		302		(905)		302
Total	11.301	4.127	(6.094)	1.339	-	(143)	10.530

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$473.276, representado por 217.003.125 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela Controladora. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Capital social caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito e voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

19.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente a cada acionista, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

14.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 17). A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em setembro de 2014, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

14.2.2 Direito de Concessão - Outros

Refere-se à transferência da participação de 10% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia, anuído em 20 de dezembro de 2011 pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação da UHE e ocorrerá pelo prazo de duração da concessão (Nota 1.1).

15 Fornecedor

Encargos de uso da rede elétrica

Operações CCEE

Materiais e serviços

Total

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de compra de energia realizadas no âmbito da CCEE, líquido do montante de energia protegido pelo risco de GSF contratado de acordo com a Resolução Normativa nº 685/15 (Notas 3.1.1 e 9).

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	51.113	3.562	15.1	3.073
Total	51.113	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	15.1	3.562	15.1	3.073
Total	15.1	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	15.1	3.562	15.1	3.073
Total	15.1	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	15.1	3.562	15.1	3.073
Total	15.1	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	15.1	3.562	15.1	3.073
Total	15.1	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Nota	15.1	3.562	15.1	3.073
Total	15.1	3.562	15.1	3.073

Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
------------	------------	--	------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 Resultado por ação

Table with 2 columns: 2015 and 2014. Rows include: Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações; Ordinações (ON); Preferências (PN); Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil); Ordinações (ON); Preferências (PN); Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações; Ordinações (ON); Preferências (PN).

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatório de risco disponibilizado à Administração.

Com base nas análises periódicas consultadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de risco, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento do risco de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que o direito contratual aos fluxos de caixa expire, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, bem como em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação da obrigação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.
25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de resultado:
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio de resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis:
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, estes são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Outros ao custo amortizado
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou inaplicabilidade de reconhecimento.

Table with 6 columns: Ativa cenário provável, Cenário (I), Cenário (II), Cenário (III), Cenário (IV), Cenário (V). Rows include: Operação, Aplicação financeira - CDB, Aplicação financeira - Dóbilntures, Instrumentos financeiros ativos, Empréstimos e financiamentos - BNDES, Instrumentos financeiros passivos.

25.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentadas na nota 16. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua advancemente operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota IV) e Concessionárias (Nota S). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalente de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 26.1. A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado hidrológicamente, dentre elas a UHE Santo Antônio do Itaipu para o montante de energia contratado no ACP, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia de parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica. Em relação ao risco de reconhecimento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potencializados impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-la para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos no preço; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os compromissos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Table with 2 columns: 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include: Passivos Financeiros, Fornecedores, Outras contas a pagar - Partes relacionadas, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, Uso do bem público.

25.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro. Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas poder acionar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com prazo e periodicidade definidas. A relação dos covenants por contrato aparece descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants contratuais foram atendidos em sua plenitude. Além do controle de covenants financeiros são orientados por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações acerca dos riscos de energia produzida e consumida. A regularização alta gerada dá origem a parcelas, entre outros, sendo que essas mesmas ações possuem confiabilidade e controle em inadimplência entre as partes envolvidas. O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento de valores futuros da seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

DIRETORIA

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include: Luiz Otavio Assis Henriques, Diretor-Presidente; Ke Xu*, Diretor Financeiro e Administrativo adjunto; Lei Wang**, Diretor Operacional e Técnico adjunto.

* Possui condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas ECE Participações S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da ECE Participações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que o auditor seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que o auditor seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Table with 6 columns: Nota, Níveis, 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include: Ativos financeiros, Valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Ativos mantidos até o vencimento, Caucões e depósitos vinculados, Caixa e equivalentes de caixa, Passivos financeiros, Outros ao custo amortizado, Fornecedores, Uso do bem público, Moeda nacional, Outras contas a pagar - Partes relacionadas.

25.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente e contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-tread e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BMFBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquitação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

25.2.1 Mensuração a valor justo O hierarquizado dos instrumentos financeiros por meio do valor justo revela a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nivel 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nivel 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluído no Nivel 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretos ou indiretamente; e (c) Nivel 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidos indiretamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

25.2.2 Risco de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energia do Brasil que abrange todos os seus unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como ele entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam proporcionar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é representado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas praticadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 16, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui risco de mercado associado a T.J.P. e ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposição a variação cambial e juros atrelada a dívidas em moeda estrangeira. Os riscos associados ao risco de mercado são gerenciados pela alta direção e definidos por agrees externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para seus estimativas, tais como negociações de empresa e as peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público diferem do seu valor contábil.

25.2.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contabilmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustadas ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

Table with 5 columns: 31/12/2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, A partir de 2021, Total Geral, Total Geral. Rows include: Responsabilidades com locações operacionais, Obrigações de compra, Depósito caucionado, Materiais e serviços, Prêmio de risco - GSF, Juros Vencidos de Empréstimos e Financiamentos.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Table with 5 columns: 31/12/2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, A partir de 2021, Total Geral, Total Geral. Rows include: Responsabilidades com locações operacionais, Obrigações de compra, Comercialização de energia, Materiais e serviços, Prêmio de risco - GSF, Juros Vencidos de Empréstimos e Financiamentos.

26.2 Garantias

Table with 3 columns: 31/12/2015, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include: Tipo de garantia, Modalidade, Depósito caucionado, fiança bancária, Fiança corporativa, Penhor de ações, Penhor de direitos, Seguro garantia.

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

28 Cobertura de Seguros A Companhia mantém aplicações de seguros, aprovadas pela Administração, com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP - Energia do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por oportunistas considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco em coberturas de seguros são:

Table with 4 columns: 31/12/2015, Limite máximo de indenização, 31/12/2014, Limite máximo de indenização. Rows include: Usinas, Transportes (veículos), Acidentes pessoais.

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e limite máximo de R\$517. A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens seguros, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica. A EDP - Energia do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentado abaixo: (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000; e (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.572.

Table with 2 columns: Nome, Cargo. Rows include: André Luiz de Castro Pereira, Diretor Operacional e Técnico; Elisa Saeko Ishizaka Turci, Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade; Dione da Silva Freitas, Diretor Financeiro e Administrativo; Renan Silva Sobral, Contador - CRC SP271964/O-6

São Paulo, 1 de março de 2016

PwC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC SP20010/0-5 logo and signature block for Valdir Renato Cecoidal, Contador - CRC SP156875/O-6